

Texto para Discussão

Série Economia

TD-E / 9 - 2000

**Instrução superior e mercado de trabalho no
Brasil**

Prof. Dr. Reynaldo Fernandes
Renata Del Tedesco Narita

INSTRUÇÃO SUPERIOR E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Reynaldo Fernandes*
Renata Del Tedesco Narita**

Resumo

O presente estudo teve como objetivo avaliar o desempenho no mercado de trabalho das pessoas com instrução superior entre 80 e 91. As informações indicam que o retorno do ensino superior é alto e crescente mesmo para aqueles que não trabalham em empregos típicos de sua formação. Verificou-se que mais da metade dos que concluem o segundo grau não ingressam no ensino superior, o que constitui indício de que o ensino superior no país e, principalmente, os mecanismos de financiamento público para pessoas de baixa renda devem ser reavaliados. Os resultados mostram que a proporção de pessoas com instrução superior exercendo ocupações típicas de sua formação é baixa e decrescente, podendo ser vista como evidência favorável à tese de que existe um descompasso entre as formações tradicionais e as ocupações do mercado de trabalho. Entretanto, foi verificado um rendimento mais elevado para aqueles que exercem ocupações típicas relacionadas a sua formação.

Termos-chave

Ensino superior, desigualdade salarial, mercado de trabalho, ocupações e retorno da educação.

1. Introdução

As estatísticas disponíveis apontam que o Brasil possui um dos mais elevados, ou mesmo, o mais elevado grau de desigualdade de renda do mundo. O papel desempenhado pela educação para tal quadro tem sido destacado na literatura especializada.

Uma sistematização dos principais aspectos da desigualdade de renda no Brasil pode ser encontrada em Barros e Mendonça (1996), onde pode-se observar que a eliminação dos diferenciais de renda por nível educacional reduziria a desigualdade salarial em torno de 35 a 50%, redução que é muito mais elevada do que o que se conseguiria com a eliminação dos diferenciais de renda provocados por fatores como gênero, raça, setor de atividade, região, idade etc.

A grande influência da educação sobre a desigualdade salarial brasileira ocorre por dois motivos: a elevada desigualdade educacional entre os trabalhadores e a elevada sensibilidade dos salários em relação ao nível educacional. O grau de desigualdade

* Professor do Departamento de Economia da FEA/USP, *campus* de Ribeirão Preto.

** Graduada em Economia pela FEA/USP, *campus* de Ribeirão Preto.

educacional no Brasil é cerca de seis vezes superior ao observado nos Estados Unidos¹, enquanto que o crescimento salarial por ano adicional de estudo está em torno de 15%. Esta taxa é bem mais elevada do que se observa internacionalmente, mesmo quando nos atemos apenas aos países subdesenvolvidos².

A taxa média de retorno da educação tem permanecido relativamente estável nas últimas duas décadas. Entretanto, vários estudos têm apontado para o fato que tanto o nível como o comportamento temporal da taxa de retorno da educação apresentam sensíveis diferenças a depender do nível de instrução considerado³. O retorno da educação superior tem apresentado uma tendência de crescimento desde o início dos anos 80, enquanto o retorno dos demais níveis de instrução ou tem se mantido relativamente estável ou tem apresentado quedas acentuadas. O crescimento salarial esperado por ano adicional de estudo superior é hoje o mais elevado entre todos os níveis de escolaridade, ultrapassando a taxa de 20%.

O aumento do prêmio salarial para aqueles que obtêm instrução superior tem sido verificado para uma série de países. Por exemplo, nos Estados Unidos o diferencial de salário entre homens jovens com e sem instrução superior aumentou cerca de 30% entre 1979 e 1987 [Katz e Murphy (1992)]. Isto se deu apesar da expansão na proporção de pessoas com instrução superior, indicando que a demanda relativa por esses trabalhadores vem se expandindo nos Estados Unidos. Nesta questão, o padrão de inovações tecnológicas aparece como a principal explicação para tal aumento de demanda⁴. No Brasil, a proporção de pessoas com instrução superior - apesar de baixa para o nível de renda do país⁵ - vem, também, se expandindo.

A necessidade de expandir o nível educacional do trabalhador brasileiro tem sido ressaltada por praticamente todos aqueles que se debruçaram sobre os temas de desenvolvimento sócio-econômico, desigualdade e pobreza no Brasil. Entretanto, quando se fala de expansão do nível de escolaridade, pensa-se logo em políticas voltadas para o ensino de primeiro e segundo grau, especialmente aquelas visando combater a evasão e a repetência. São nestes níveis de ensino onde tem sido diagnosticado o principal entrave para o progresso educacional do país. Nós não negamos a tese que o ensino básico e médio são prioritários em relação ao ensino superior, contudo, acreditamos ser necessário que algumas qualificações sejam feitas.

Em primeiro lugar, poderia-se argumentar que a baixa proporção de trabalhadores com instrução superior é um reflexo do baixo desempenho escolar do país nos níveis educacionais anteriores, isto porque a grande maioria de nossos jovens sequer conseguem concluir o segundo grau. Neste ponto cabe ressaltar que, como será mostrado adiante, uma parcela significativa dos jovens que concluem o segundo grau não ingressam no ensino superior, apesar da elevada taxa de retorno que este nível de instrução parece fornecer. Assim, existiria um espaço para expansão do ensino superior que é independente da

¹ . Ver Barros e Mendonça (1996).

² . Ver, por exemplo, Barros e Mendonça (1996), Ramos e Vieira (1996) e Lam e Levinson (1990).

³ . Ver, por exemplo, Barros e Ramos (1996), Ramos e Vieira (1996) e Fernandes e Menezes Filho (1999).

⁴ . Ver, entre outros, Bound e Johnson (1992), Johnson (1997), Katz e Murphy (1992) e Murphy e Welch (1992).

⁵ . Dados do Banco Mundial mostram que, em 1996, apenas 11% dos brasileiros com idade apropriada estavam matriculados em um curso superior. Esta taxa para o conjunto da América Latina e Caribe foi de 19%. Por outro lado, o produto *per capita* brasileiro, em 1997, foi de US\$ 4.790, enquanto que para o conjunto da América Latina e Caribe ele foi de US\$ 3.940.

regularização do fluxo escolar nos níveis inferiores de ensino. Além disso, a expansão do ensino básico e médio, mesmo que não na velocidade desejada, vem ocorrendo no país, de modo que a questão da expansão do ensino superior já mereceria ser incluída na “pauta de discussões”.

Outro ponto a ser destacado refere-se a questão da heterogeneidade do ensino superior. Se do ponto de vista social a questão do ensino básico e médio é mais urgente, a questão do que deve ser ensinado para nossas crianças e adolescentes nestes níveis de ensino parece ser conceitualmente mais simples em comparação ao ensino superior. O ensino superior tem um caráter mais profissionalizante e é subdividido em uma diversidade de cursos⁶.

Isto levanta duas importantes questões, as quais este artigo pretende trazer alguma contribuição. A primeira é que a taxa de retorno do ensino superior apresentada acima é uma taxa média, a qual pode apresentar sensíveis variações a depender do curso frequentado. A segunda, de algum modo relacionada a primeira, diz respeito à relação entre o que é oferecido nos cursos e as “necessidades” do mercado de trabalho. O mercado valoriza mais habilidades gerais, como raciocínio lógico e a capacidade de resolver problemas, ou conhecimentos específicos de uma determinada profissão? Qual o grau de especialização desejado que um curso de nível superior deve ter?

Nas discussões sobre ensino superior, uma palavra que vem ganhando espaço no discurso de especialistas, autoridades e na mídia é “flexibilização”. Ela vem imbuída de conteúdo crítico em relação ao sistema atual, o qual possuiria currículos extremamente rígidos e defasados. As escolas não estariam dando uma formação adequada em face da “flexibilidade” exigida pelo mercado de trabalho, existiria um descompasso entre a formação dada pela escola e as ocupações que de fato as pessoas exercem no mercado de trabalho. As melhores ocupações do mercado de trabalho seriam preenchidas por pessoas que possuem habilidades mais gerais do que aquelas específicas das diversas profissões. A probabilidade de uma pessoa exercer uma função para qual seu curso superior o preparou seria cada vez menor.

Autores como Macedo (1999) defendem uma mudança radical no sistema universitário brasileiro, com o fim do vestibular específico e da especialização “prematura” e “excessiva”. A idéia seria ter um sistema universitário mais próximo ao dos Estados Unidos, onde as pessoas ingressariam na universidade sem necessidade de escolha prévia da carreira. Na universidade os alunos teriam que escolher uma área de concentração (um *major*), a qual possuiria um currículo mínimo. Entretanto, o grau de especialização exigido para concluir o *major* seria bem menor que o do atual sistema brasileiro. Segundo Macedo, este novo sistema possuiria duas vantagens em relação ao sistema atual: postergaria a escolha da área de formação e possibilitaria uma formação mais adequada, que “casaria” melhor os interesses pessoais com as necessidades do mercado de trabalho.

Em relação à questão da escolha prematura, tem sido observado que a evasão no ensino superior é elevada. Macedo (1999) mostra que na Universidade de São Paulo, no ano de 1996, o número de formandos foi cerca de 60% do número de novos ingressantes, isto num período que as vagas permaneceram praticamente estáveis, o que implicaria em uma elevada taxa de evasão.

⁶ . Macedo (1999) apresenta uma lista contendo mais de cem cursos oferecidos por instituições de nível superior.

A hipótese de que parcela dessa evasão pode ser explicada por pessoas que perceberam ter feito uma escolha errada é plausível e, por isto, mereceria ser melhor investigada. Se a postergação da escolha, possibilitando que o aluno tenha mais informações no momento de tomá-la, contribuísse para redução da evasão, ela seria uma medida que possibilitaria reduzir o custo do ensino superior no país. Trata-se, portanto, de uma questão de fundamental importância, mas que não será tratada neste artigo.

A questão do descompasso entre escola e mercado de trabalho constitui-se em um dos objetos deste trabalho. Como mencionado acima, está é uma idéia que vem ganhando terreno nas discussões atuais sobre o ensino superior. Entretanto, ela nos parece estar, em grande parte, fundamentada em percepções pessoais, de analistas e de profissionais de mercado, e não em pesquisas que avaliem resultados efetivos de mercado para diferentes tipos de aprendizado.

A tese de que é vantajoso para uma pessoa ter capacidade de realizar diversas funções no mercado de trabalho, especialmente em ambientes de contínuas mudanças, é bastante intuitiva. Existe um princípio em economia que diz que a diversificação reduz risco, embora às custas de um retorno esperado menor. Por outro lado, existe outro princípio – o das vantagens comparativas – que diz que a especialização é produtiva. Assim, definir o grau de especialização desejado e avaliar em que medida mudanças do sistema educacional aproxima-nos do grau ideal de especialização, são questões que, para nós, estão longe de serem óbvias.

Neste artigo não temos a pretensão de dar as respostas para as questões acima colocadas. Trata-se apenas de um estudo exploratório, buscando organizar informações disponíveis que, talvez, possam contribuir para o avanço das discussões deste importante tema para o país. Neste ponto cabe uma ressalva. As informações de rendimento por formação e a relação entre formação e ocupação foram obtidas através do censo demográfico, que estão disponíveis apenas até 1991. Sabe-se que o mercado de trabalho brasileiro sofreu grandes alterações na década de 90. Assim, é necessário muita cautela em tirar conclusões, pois a situação atual pode apresentar sensíveis diferenças em relação aos dados apresentados.

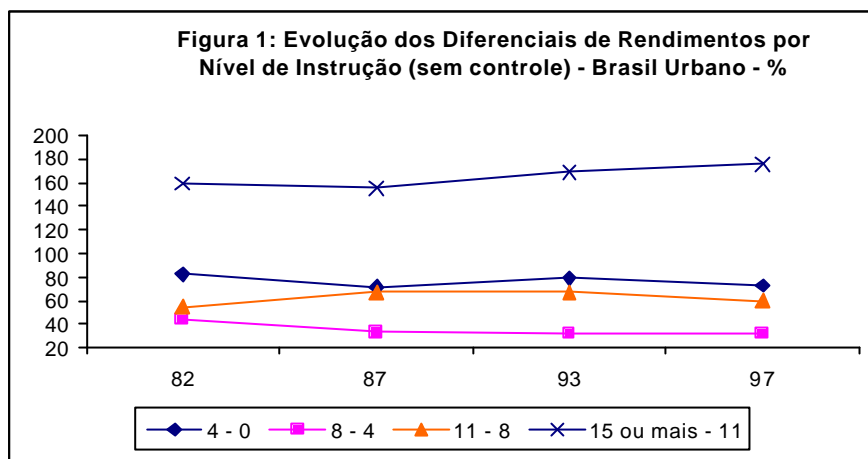
2. O Mercado de Trabalho para Pessoas com Instrução Superior: Uma Análise Agregada

O objetivo desta seção é efetuar, com base nos dados da PNAD, uma primeira avaliação do desempenho no mercado de trabalho das pessoas com instrução superior. A análise é realizada de forma agregada, ou seja, desconsiderando-se os diferentes tipos de formações.

A figura 1 apresenta as diferenças de médias dos rendimentos do trabalho⁷ para grupos educacionais específicos. Podemos observar que o rendimento médio das pessoas com terceiro grau (15 ou mais anos de estudo) é mais do que 150 % superior ao rendimento médio das pessoas com segundo grau completo (11 anos de estudo). Este diferencial é o maior das comparações realizadas, mesmo se levarmos em conta que número de anos necessários para concluir o ensino superior é, em média, mais elevado do

⁷ . Considerou-se apenas as pessoas residindo em regiões urbanas e que trabalhavam mais de 20 horas. Utilizou-se o rendimento do trabalho (salário, rendimento de conta própria e *pró labore* do empregador) na ocupação principal , o qual foi ajustado pelas horas normalmente trabalhadas.

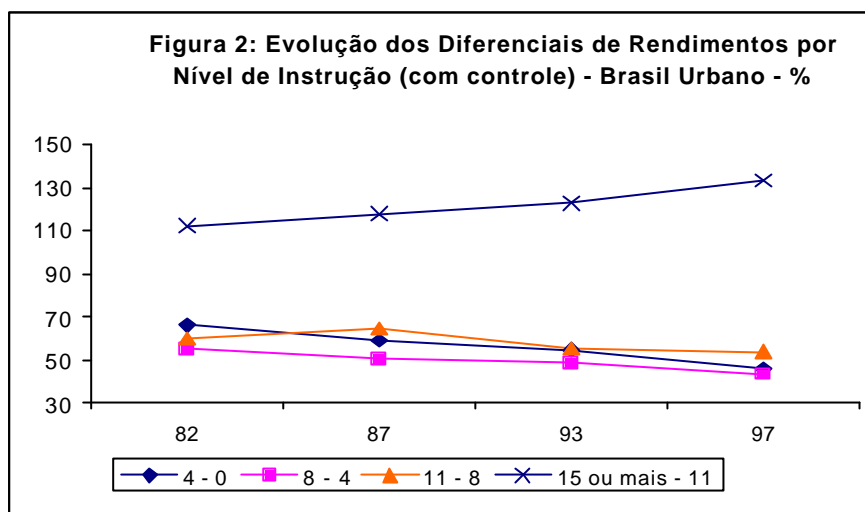
que os demais níveis considerados. Além de elevado, o diferencial de rendimentos entre terceiro e segundo grau é o único que apresentou uma tendência de crescimento.



É possível que estes diferenciais estejam “contaminados” por efeitos de composição da população ocupada: as pessoas com instrução superior podem estar super-representadas em grupos de gênero, cor ou raça, idade e região de residência que apresentem rendimentos mais elevados. Na tentativa de isolar estes efeitos foram computados os diferenciais de rendimentos controlados, os quais fornecem os diferenciais esperados de rendimentos para pessoas de mesma idade, mesmo gênero, mesma cor ou raça e residindo na mesma grande região do país.

O procedimento adotado foi estimar, para cada comparação realizada, uma equação linear dos log-rendimentos por hora em relação as seguintes variáveis: idade, quadrado da idade, uma variável *dummy* para gênero (1: homem, 0: mulher); uma variável *dummy* para cor (1: branco, 0: não-branco); quatro variáveis *dummies* para as grandes regiões do país⁸ e uma variável *dummy* educacional. Por exemplo, no caso da comparação entre superior e segundo grau, selecionou-se apenas as pessoas com 11 ou com 15 ou mais anos de estudo, sendo que a *dummy* educacional assumiu valor 1 para aqueles com 15 ou mais anos de estudo.

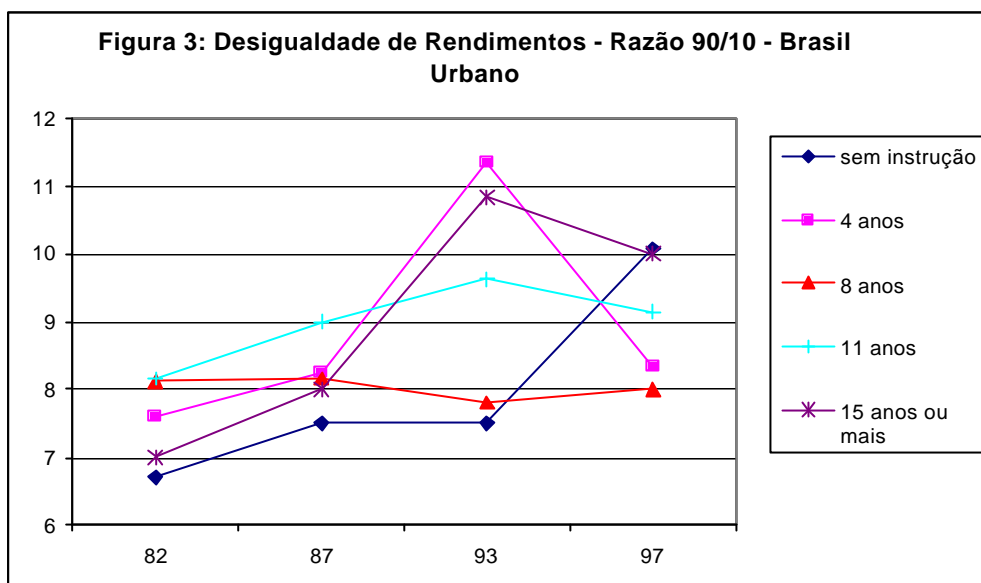
⁸. A região norte ficou como a região de referência.



Nossa medida de diferencial controlado de rendimento está baseada no “anti-log” do coeficiente estimado para a *dummy* educacional, a qual nos fornece uma estimativa para os diferenciais de rendimentos entre médias geométricas. Os resultados deste procedimento estão apresentados na figura 2, onde podemos observar que as conclusões anteriores pouco são alteradas. O diferenciais de rendimentos se reduzem um pouco após os controles, mas a tendência anterior é mantida. Em 1997, o diferencial controlado de rendimento entre superior e segundo grau foi de 133,5%, o que representa uma taxa de retorno de 18% ao ano, caso seja considerado 5 anos para a conclusão do curso superior, ou de 23,6%, caso seja considerado 4 anos.

A figura 3 apresenta a evolução da desigualdade de rendimentos dentro de cada grupo educacional considerado. Utilizou-se a razão 90/10, que é a razão do rendimento do trabalho do indivíduo situado no nono decil da distribuição de rendimentos sobre o rendimento do indivíduo situado no primeiro decil desta distribuição.

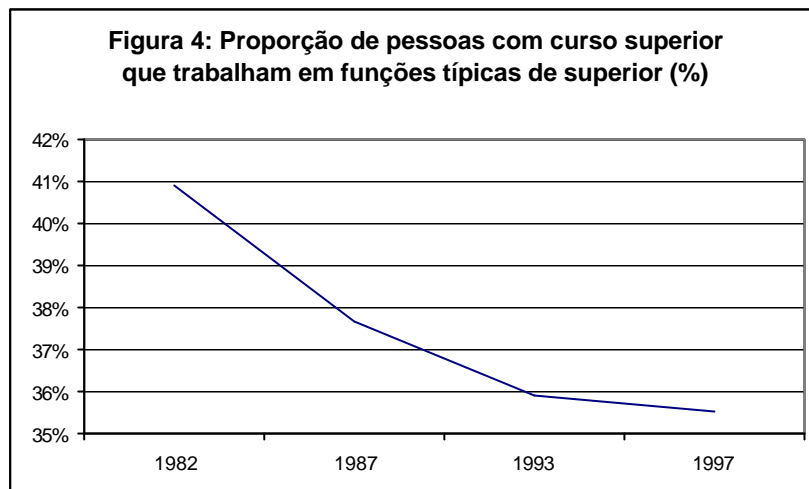
Dado grande diversidade de cursos existentes no ensino superior, poderia se esperar uma maior desigualdade de rendimentos neste grupo em relação aos demais. De fato, isto ocorre quando observamos o ano de 1997, entretanto, a hierarquia deste índice, entre os diversos grupos analisados, flutuou sensivelmente no período considerado. Em 1982, a desigualdade entre os de instrução superior foi uma das mais baixas. É curioso observar que a desigualdade entre aqueles sem instrução teve um padrão similar.



Numa primeira tentativa de avaliar, para trabalhadores com instrução superior, a relação entre formação e ocupação, dividimos os 382 grupos ocupacionais reportados pela PNAD entre típicos e não típicos de ensino superior. Considerou-se os grupos ocupacionais típicos de ensino superior todos aqueles que, em 1997, tinham 60% ou mais pessoas com este nível de instrução⁹. Esta definição possui alguns problemas, pois em muitos casos os grupos ocupacionais da PNAD são, ainda, muito heterogêneos. Entretanto, ela pode servir como uma primeira aproximação para se avaliar a proporção de pessoas que exercem funções típicas da sua formação. A figura 4 apresenta a evolução desta proporção, onde podemos observar que menos de 40% dos trabalhadores com instrução superior foram classificados com exercendo uma função típica deste nível de instrução. Esta baixa proporção pode ser uma indicação que muitas pessoas com instrução superior exercem funções que, em princípio, não necessitaria de tal formação¹⁰.

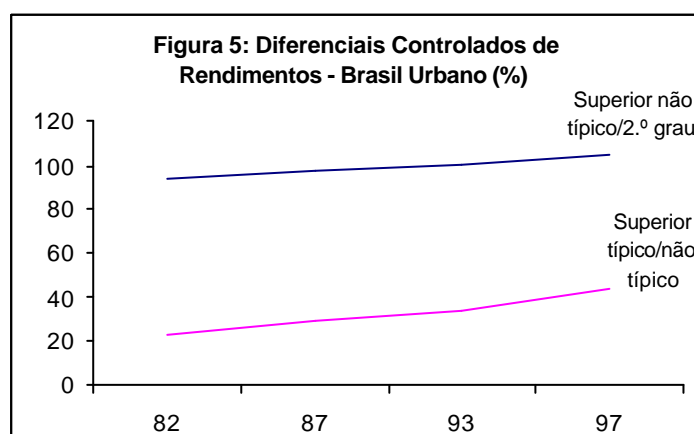
⁹ . Definidos com base na PNAD 1997 como profissões que possuem no mínimo 60% de pessoas com nível superior (124-231-233-151-212-232-202-142-143-121-152-141-144-101-102-122-181-154-213-204-261-864-293-183-173-182-211-221).

¹⁰ . Isto não significa dizer que pessoas com instrução superior não sejam, em média, melhores nestas ocupações. Por exemplo, um vendedor técnico não necessitaria, rigorosamente, ser um engenheiro, o que não quer dizer que os conhecimentos de engenharia não melhore o desempenho neste tipo de ocupação. Se um vendedor técnico que é engenheiro vende 50% a mais que outro vendedor com instrução secundária, esses dois trabalhadores seriam substitutos perfeitos à taxa de 1,5 para 1. Isto é totalmente diferente da relação entre um médico cirurgião e um trabalhador com instrução média num centro cirúrgico. Neste último caso não há qualquer substituíbilidade entre estes trabalhadores.

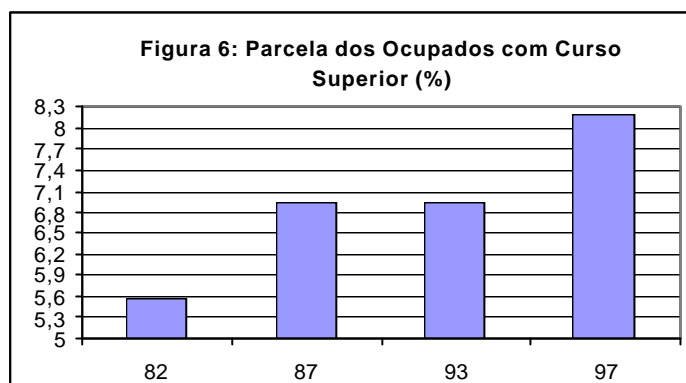


Essa figura mostra, também, que essa proporção vem se reduzindo com o tempo. A interpretação de que isso revela uma redução de oportunidades para os graduados de nível superior não é muito compatível com a elevação da taxa de retorno apresentada anteriormente. Uma outra alternativa é que esteja ocorrendo mudanças do lado da demanda, de modo que ocupações que antes não exigiam instrução superior hoje exigem. Mudanças técnicas podem aumentar o grau de complexidade de tarefas que antes eram feitas por trabalhadores com qualificação intermediária. De qualquer modo, este é um ponto que merece ser melhor avaliado.

As estimativas de diferenciais de rendimentos, apresentadas na figura 5, mostram que o prêmio por se cursar o ensino superior é grande mesmo para aqueles trabalhadores que não foram classificados como ocupando uma função típica deste nível de ensino. Este diferencial se mostrou muito maior do que aquele entre trabalhadores de escolaridade superior com e sem uma ocupação típica. É possível que tais estimativas apresentem problemas de composição¹¹, entretanto ela é uma primeira indicação que o mais importante é obter um diploma de curso superior, independentemente de se conseguir uma ocupação típica.



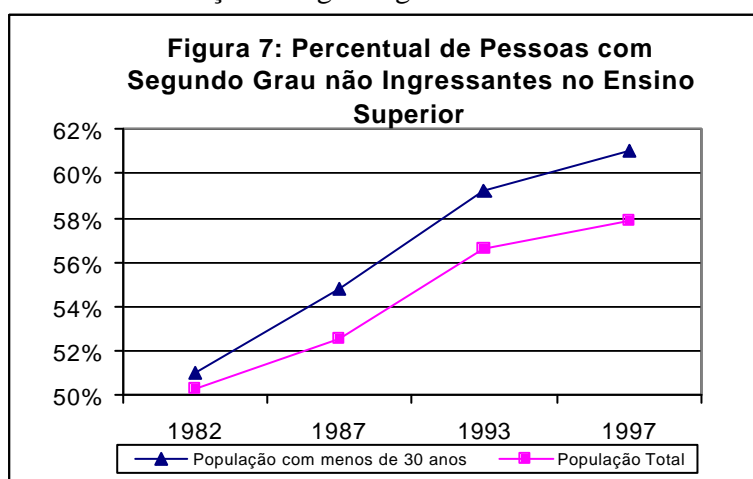
¹¹ . É possível que formações que tenham uma maior rendimento sejam super-representadas no grupo de trabalhadores com ocupação típica do ensino superior.



Como pode ser observado na figura 6, o crescimento do retorno econômico do ensino superior ocorreu simultaneamente com o aumento da proporção de trabalhadores com este nível de instrução, o que pode estar indicando que a demanda relativa por estes trabalhadores vem se expandindo mais rapidamente. Estas informações sugerem que uma expansão mais acelerada do ensino superior vigente traria ganhos sociais e econômicos muito grandes, podendo, inclusive, levar à conclusão que essa é a questão mais premente. Evidentemente, mudanças que melhorem a qualidade do sistema são bem vindas, entretanto a questão da expansão parece ser, ainda, mais fundamental.

Como mencionado na introdução, um problema para a expansão do ensino superior é que a maioria dos nossos jovens não chega a completar o ensino secundário. Dados da PNAD para 1997, apontam que, no Brasil urbano, cerca de 70% das pessoas entre 20 e 30 anos não tinham segundo grau completo. Entretanto, a figura 7 mostra que, para o Brasil urbano, mais da metade das pessoas com segundo grau completo não está matriculada e nunca completou uma série do ensino superior¹². Essa proporção é ainda mais elevada para a população com menos de 30 anos e apresentou um crescimento sensível nos últimos 15 anos.

Assim, uma parcela expressiva dos que completam o segundo grau não ingressam no ensino superior e, portanto, existiria um espaço para expansão mais acelerada do sistema que é independente da universalização do segundo grau.



¹² . Nesta figura calculou-se a proporção de pessoas que não estavam estudando e tinham exatamente 11 anos de estudo entre aquelas com 11 ou mais anos de estudo.

Traçou-se, nesta seção, um quadro geral do desempenho no mercado de trabalho para pessoas com instrução superior. Isto foi efetuado sem considerar as diferenças de formação entre essa população, o que será realizado nas próximas seções.

3. A Situação Ocupacional dos Trabalhadores com Formação Superior

Nesta seção, assim como na próxima, estaremos analisando o desempenho no mercado de trabalho, de pessoas com instrução superior, desagregado por formações. Os dados analisados referem-se aos censos demográficos de 1980 e 1991. O universo considerado é o de pessoas com instrução superior, residindo em áreas urbanas e trabalhando 15 ou mais horas por semana. Na presente seção avalia-se a posição na ocupação, enquanto que na seguinte avalia-se os diferenciais de renda por formação.

A tabela A1, no apêndice, apresenta as proporções de trabalhadores por conta própria e de empregados, por tipo de formação, bem como o diferencial controlado de rendimentos entre essas posições ocupacionais¹³. Para o conjunto dos ocupados, os trabalhadores por conta própria são freqüentemente considerados como em uma situação inferior aos empregados com carteira assinada. Em muitos trabalhos os conta próprias são classificados com informais. Entretanto, essa visão muda para o caso dos trabalhadores com instrução superior. Um trabalhador por conta própria que possui diploma do ensino superior é considerado um profissional liberal, o que possui uma conotação positiva.

As informações da tabela A1 mostram que, em praticamente todas as formações, a proporção de trabalhadores por conta própria é baixa. Em 1991, apenas 8 formações, das 38 consideradas, apresentaram uma participação de conta próprias superior a 15% e apenas odontologia teve essa participação acima dos 50%. Para o conjunto de formações, essa taxa de participação foi de 11,84%, portanto, inferior à taxa verificada para o total de ocupados, que foi, neste período, superior aos 20%. Mesmo o crescimento verificado entre 1980 e 1991 não é algo específico para os trabalhadores com instrução superior, uma vez que esse movimento ocorreu para o conjunto dos ocupados.

Em relação aos diferenciais de rendimento, os dados mostram que, para a grande maioria das formações, o rendimento dos empregados é superior ao dos conta próprias. O diferencial de rendimento controlado por formações - além dos controles por idade, gênero, cor ou raça e região - foi de -11,01% em 1980 e de -8,32% em 1991, portanto uma ligeira redução da vantagem dos empregados. De qualquer modo, muito do que se divulga sobre a tendência e as vantagens de se trabalhar por conta própria, para pessoas com instrução superior, não pode ser constatado por nossas informações. Entretanto, é possível que esse quadro tenha se alterado nos anos 90.

A tabela A2 mostra a proporção de pessoas que trabalham em ocupações específicas de sua formação¹⁴. Os dados mostram que, em 1991, apenas 38% dos trabalhadores com instrução superior estavam alocados em uma ocupação típica de sua formação, enquanto que em 1980 essa proporção foi de 44,24%. Note que esse padrão não se altera muito para os profissionais mais jovens, aqueles com menos de 30 anos, e é muito similar aos dados apresentados na figura 4. Assim, selecionar as ocupações típicas do ensino superior como

¹³ . A classificação dos trabalhadores foi realizada com base na ocupação principal.

¹⁴ . Para todas as formações considerou-se pesquisador e professor universitário como uma ocupação típica, sendo que em alguns casos incluiu-se, também, professor de primeiro e segundo grau. Uma relação (tabela A5) contendo as ocupações consideradas típicas para cada formação está disponível no apêndice.

aquelas contendo 60% ou mais pessoas com este nível de instrução, parece ser um procedimento bastante razoável e as considerações feitas com base naquela figura são mantidas aqui.

Por outro lado, os dados da tabela A2 mostram que a proporção de trabalhadores alocados em ocupações típicas de sua formação varia sensivelmente entre as diversas formações. Existem formações - como medicina e odontologia - para as quais essa proporção ultrapassou os 80% e formações - como agrimensura, filosofia, pedagogia e artes - onde essa proporção ficou abaixo dos 15%.

O fato de uma determinada formação apresentar uma baixa proporção de pessoas alocadas em ocupações típicas não significa, necessariamente, um indicador de que a mesma é relativamente pouco valorizada no mercado, pois é possível que esses profissionais sejam relativamente bem remunerados. A questão dos diferenciais de rendimentos entre formações é o assunto discutido na seção seguinte.

4. Diferenciais de Rendimentos entre Formações de Nível Superior

Os dados apresentados nesta seção tem como base o rendimento de todos os trabalhos. Para se calcular os diferenciais controlados de rendimentos entre formações, o procedimento adotado foi estimar uma equação linear dos log-rendimentos em relação as seguintes variáveis: idade, quadrado da idade, uma *dummy* para gênero (1: homem, 0: mulher), uma *dummy* para cor ou raça (1: branco, 0: não-branco), quatro *dummies* para grandes regiões (norte = região de referência), três *dummies* de grupos de horas trabalhadas por semana (15 a 29 horas = grupo de referência)¹⁵ e trinta e sete *dummies* de formação (agronomia = formação de referência). Com base nos “anti-logs” dos coeficientes das *dummies* de formação, obteve-se os diferenciais de rendimentos esperados para cada formação em relação à agronomia¹⁶.

O inconveniente deste procedimento é que não é muito interessante comparar os rendimentos das diversas formações em relação a uma formação específica. Entretanto, se calculássemos o diferencial controlado de rendimentos dos agrônomos em relação à média dos trabalhadores com nível superior, poderíamos converter nossas estimativas de diferenciais em relação aos agrônomos em diferenciais em relação a média. Foi esse o procedimento aqui adotado.

Para se calcular o diferencial controlado de rendimentos dos agrônomos em relação à média, calculamos a média dos log-rendimentos observados de todos os indivíduos da amostra. Em seguida, utilizando-se os coeficientes da regressão acima, exceto àqueles relacionados às *dummies* de formação, foi calculado um log-rendimento para cada

¹⁵ . O censo de 1980 inclui uma variável agregada para o número de horas trabalhadas, isto é, a variável está classificada em menos de 15, de 15 a 29, de 30 a 39, de 40 a 48 e, por fim, mais de 49 horas trabalhadas por semana. Para efeito de padronização, resolveu-se estimar a equação dos log-rendimentos de 1991, também, utilizando a variável número de horas semanais trabalhadas conforme a classificação de 1980. Como o universo se restringe a pessoas com 15 horas ou mais trabalhadas, a equação inclui 3 *dummies* (30 a 39, 40 a 48, 49 ou mais), todas estas em relação ao grupo de referência (15 a 29).

¹⁶ . O coeficiente da *dummy* de uma formação específica fornece uma estimativa da diferença entre os log-rendimentos da formação considerada em relação à agronomia, condicionada ao fato que os indivíduos possuam a mesma idade, mesmo gênero, mesma cor ou raça, o mesmo grupo de horas trabalhadas e residam na mesma região. O anti-log deste coeficiente é, então, uma estimativa da razão entre médias geométricas dos rendimentos dessas formações, sujeitas às mesmas condições.

indivíduo da amostra e, então, extraiu-se a média. Ou seja, simulamos qual seria a média desses log-rendimentos caso todas as pessoas na amostra tivessem formação em agronomia, mas mantidas as demais características observadas.

A diferença entre esta média e aquela dos log-rendimentos observados produz o diferencial esperado dos log-rendimentos entre os com formação em agronomia e a amostra total, controlado pelas demais características. Assim, o diferencial de rendimentos dos agrônomos em relação a média amostral foi obtido com base no anti-log desta diferença. E ainda, utilizando os coeficientes das *dummies* de formação, foi possível calcular os diferenciais de cada formação em relação à média dos indivíduos com curso superior. Os resultados deste procedimento estão apresentados na tabela A3.

Podemos observar nesta tabela que os diferenciais de renda por formação são bastante significativos. Em 1991, os formados em medicina apresentaram um rendimento quase duas vezes superior a média dos trabalhadores com instrução superior e quase três vezes superior ao dos formados em geografia. Note que as formações que apresentaram rendimentos mais elevados são justamente aquelas mais concorridas no vestibular. Deste modo, parte destes diferenciais pode ser devido à habilidades não observadas.

Se desconsiderarmos a formação em teologia, cujo o objetivo de mercado deve ser muito pequeno, geografia foi a formação que apresentou menor rendimento médio em 1991. É interessante observar que mesmo essa formação possui um prêmio razoável em relação aos trabalhadores que possuem apenas o segundo grau. As estimativas apresentadas na figura 2 indicavam que, em 1993, as pessoas com instrução superior ganhavam, em média, 123% a mais do que aquelas com segundo grau. Tendo esse valor como referência, significaria dizer que, em média, os formados em geografia ganham 46% a mais que os com segundo grau, o que dá uma taxa de retorno anual de 9,5%. Para calcular estes rendimentos por ano de estudo, foi utilizada a média da última série concluída do ensino superior pelos indivíduos de cada uma das 38 formações, já que o tempo de duração varia para os cursos superiores, podendo ser de 3, 4, 5 ou 6 anos. A tabela A4 apresenta os rendimentos médios anuais por formação. Podemos verificar que, em 1991, as mais elevadas taxas de retorno, por ano adicional de estudo do ensino superior, foram as de odontologia, com 33,2%, ciência da computação, com 31%, engenharias mecânica e química, em torno de 28 % e em quinto lugar, medicina, com um retorno anual de 27,6%. O curso de medicina representava, na tabela A3, o maior diferencial em relação à média dos rendimentos dos indivíduos que cursaram o ensino superior em 1991. Quando considerados os rendimentos por ano de estudo, medicina apresentou uma taxa de retorno inferior à dos cursos de odontologia, ciência da computação e engenharias mecânica e química. Isto ocorre porque os cursos de medicina possuem uma média de anos de estudo superior à dos demais cursos. Em geral, o ranking das demais formações teve pouca alteração, mesmo considerando os diferentes tempos médios de conclusão de curso.¹⁷

Outro aspecto a observar é que as formações com maiores rendimentos são justamente aquelas em que a probabilidade de “conseguir” um emprego típico é maior. O coeficiente de correlação entre proporção de pessoas em emprego típico e diferencial de rendimento foi sempre positivo: para o total da amostra ele foi de 0,39 em 1980 e 0,54 em

¹⁷ . Os coeficientes de correlação entre os diferenciais de rendimentos de cada formação em relação à média (Tabela A3) e os rendimentos médios anuais (Tabela A4) apresentou-se relativamente alto tanto em 1980 ($\rho=0,92$) quanto em 1991 ($\rho=0,902$).

1991, enquanto que para as pessoas com menos de 30 anos ele foi de 0,60 em 1980 e 0,62 em 1991.

Por fim, os trabalhadores alocados em uma ocupação típica apresentaram, em média, um prêmio de rendimento. Para calcular esse prêmio, a regressão de log-rendimentos foi reestimada, incluindo uma *dummy* para emprego típico. O valor estimado desse prêmio foi, para o conjunto da amostra, de 13,66% em 1980 e 13,48% em 1991 e , para os com idade inferior a 30 anos, de 20,86% em 1980 e 23,24% em 1991.

5. Considerações Finais

Este trabalho realizou uma avaliação do desempenho no mercado de trabalho das pessoas com instrução superior. Verificou-se que o retorno pecuniário do ensino superior é alto e crescente, mesmo para aqueles que não conseguem obter um emprego típico de sua formação. Foi observado, também, que as formações com menor retorno no mercado de trabalho possuem, ainda, um retorno econômico razoável.

A participação de trabalhadores com instrução superior é muito baixa no Brasil, sendo que sua expansão vem, aparentemente, se dando a uma velocidade inferior ao aumento da demanda relativa por estes trabalhadores. Grande parte da explicação para a baixa proporção de trabalhadores com instrução superior está relacionada ao fraco desempenho educacional do país nos níveis de educação anteriores. Entretanto, foi observado que mais da metade dos que concluem o segundo grau não ingressam no ensino superior, sendo que essa proporção tem se elevado nos anos recentes. Conclui-se que a expansão do ensino superior é, ainda, a questão mais urgente a ser enfrentada. Neste ponto, parece ser importante que os mecanismos de financiamento público do ensino superior, especialmente para aqueles de classes menos favorecidas e que conseguem completar o segundo grau, sejam reavaliados.

O artigo apresenta indicadores de que a proporção de pessoas com instrução superior exercendo ocupações típicas de sua formação é relativamente baixa e decrescente, o que poderia ser visto como uma evidência favorável a tese de que existe um descompasso crescente entre as formações tradicionais e as ocupações do mercado de trabalho. Entretanto, foi apresentada evidências de que as pessoas que exercem uma ocupação típica de sua formação possuem, em média, um rendimento mais elevado do que aquelas que não exercem. Além disso, existe uma correlação positiva entre formações com maior proporção de pessoas em ocupações típicas e formações com rendimentos mais elevados.

O artigo não explora o comportamento específico das diversas formações, embora os indicadores levantados possam ser úteis para isto. Por exemplo, o rendimento relativo dos médicos, além de elevado, teve um crescimento muito forte nos anos 80. Assim, um estudo sobre a oferta de vagas nas escolas para esta formação poderia ser interessante.

Bibliografia

- Barros, R. P. e Mendonça, R. **Os Determinantes da Desigualdade no Brasil**. In: A Economia Brasileira em Perspectiva. Rio de Janeiro, IPEA, 1996.
- Barros, R. P. e Ramos, L. **Temporal Evolution of the Relationship between Wages and Education of Brazilian Men**. In: Opportunity Foregone: Education in Brazil. Washinton: Inter-American Development Bank, 1996.
- Bound, J. e Johnson, G., **Changes in the Structure of Wages in the 1980s: An Evaluation of Alternative Explanations**, American Economic Review, v. 82, junho de 1992.
- Fernandes, R. e Menezes Filho, N. A. **A Evolução da Distribuição dos Rendimentos do Trabalho no Brasil Metropolitano: Uma Análise para o Período de 1983 a 1997**. *Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia*, Anpec, dez. de 1999.
- Johnson, G. E., **Change in Earnings Inequality: The Role of Demand Shifts**, Journal of Economic Perspectives, v.11, n.2, 1997
- Katz, L. F. e Murphy, K. M., **Changes in Relative Wages, 1963-1987: Supply and Demand Factors**, Quarterly Journal of Economics, v. 107, n.1, 1992.
- Lam, D. e Levinson, D. **Idade, Experiência e Diferenciais de Renda: Estados Unidos e Brasil**. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 20, n. 2, 1990.
- Macedo, R. **Seu Diploma sua Prancha: Como escolher a Profissão e Surfar no Mercado de Trabalho**, São Paulo, ed. Saraiva, 8ª edição, 1999.
- Murphy, K. M. e Welch, F., **The Structure of Wages**, Quarterly Journal of Economics, v107, n1, 1992.
- Ramos, L. e Vieira, M. L. **A relação entre educação e salários no Brasil**. In: A Economia Brasileira em Perspectiva. Rio de Janeiro, IPEA, 1996.

TABELA A1

FORMAÇÕES	% trabalhadores por conta própria		% de Empregados		Diferencial Controlado de Rendimentos entre Conta-Próprias e Empregados	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Biologia	2,20%	4,80%	93,98%	89,01%	-19,83%	-5,26%*
Educação Física	4,90%	7,42%	90,19%	85,32%	-4,86%	5,88%
Enfermagem	1,93%	3,00%	94,85%	93,35%	-18,21%	-29,84%
Farmácia	3,84%	9,43%	81,04%	70,25%	-7,39%*	-4,48%*
Medicina	19,79%	15,43%	71,11%	72,69%	26,46%	23,84%
Odontologia	54,48%	50,06%	36,74%	32,44%	11,93%	26,02%
Fonoaudiologia	13,11%	16,39%	81,77%	74,91%	6,01%	24,94%
Arquitetura	26,74%	29,35%	60,70%	54,29%	-15,17%	-9,00%
Ciência da Computação	2,40%	6,69%	93,75%	85,81%	-26,86%	-23,91%
Eng. Civil	9,77%	12,34%	75,68%	67,52%	-26,78%	-20,40%
Eng. Elétrica/Eletrônica	2,97%	6,96%	90,86%	81,21%	-39,14%	-31,83%
Eng. Mecânica	2,68%	6,80%	89,19%	78,59%	-42,91%	-38,20%
Eng. Química/Química Industrial	2,86%	6,18%	88,08%	82,54%	-38,46%	-41,65%
Estatística	2,53%	5,84%	94,51%	89,59%	-14,84%*	-8,40%
Física	1,84%	5,05%	93,62%	88,27%	-25,48%	-26,39%
Geologia	3,77%	9,73%	91,09%	77,30%	-38,95%	-28,02%
Matemática	2,07%	4,08%	94,31%	90,95%	-27,81%	-6,83%
Química	3,18%	7,78%	88,34%	83,09%	-30,20%	-16,98%
Agronomia	8,06%	14,22%	81,25%	67,65%	-18,87%	-9,70%
Medicina Veterinária	14,12%	19,58%	78,65%	63,57%	-18,69%	-0,84%*
Agrimensura	16,46%	16,13%	72,25%	65,34%	-10,12%*	-17,85%
Administração	4,23%	8,48%	85,33%	76,68%	-23,47%	-16,89%
Biblioteconomia	1,59%	4,26%	96,32%	91,10%	-17,46%	-8,49%*
Contábeis	9,02%	9,54%	80,33%	77,95%	-14,77%	-12,66%
Economia	5,64%	7,99%	82,65%	77,13%	-26,88%	-27,36%
Sociologia/Antropologia	2,61%	5,25%	93,50%	89,37%	-3,64%*	-1,07%*
Comunicação Social	6,01%	11,15%	87,56%	79,36%	-12,11%	-10,31%
Direito	24,43%	25,02%	63,83%	60,31%	-20,94%	-18,27%
Filosofia	3,59%	7,49%	89,35%	82,61%	-9,62%	-0,61%*
Geografia	2,14%	4,25%	94,44%	91,49%	-19,25%	2,63%*
História	1,88%	3,61%	94,18%	92,78%	-11,02%	-16,25%
Pedagogia	1,30%	3,39%	95,12%	92,21%	-16,01%	-9,03%
Psicologia	13,45%	18,91%	79,61%	71,17%	11,48%	33,23%
Serviço Social	1,27%	3,50%	95,90%	92,02%	-11,69%	-16,90%
Teologia	2,53%	13,39%	69,27%	68,23%	27,10%	10,79%
Arqueologia/Museologia	7,49%	10,69%	85,51%	83,21%	-16,85%*	85,22%
Letras	2,59%	4,46%	93,91%	91,14%	-13,56%	-3,85%
Artes	11,01%	17,97%	83,17%	72,44%	-16,13%	3,80%*
Total	10,94%	11,84%	80,71%	77,06%	-11,01%	-8,32%

* Valores não significativos no nível de 10%.

TABELA A2

FORMAÇÕES	% de pessoas que trabalham em prof. Típicas relacionadas a formação		% de pessoas que trabalham em prof. Típicas relacionadas a formação (pessoas com menos de 30 anos)	
	1980	1991	1980	1991
Biologia	38,10%	29,50%	37,60%	28,58%
Educação Física	62,70%	60,50%	66,90%	63,80%
Enfermagem	76,90%	67,80%	77,70%	69,46%
Farmácia	51,90%	47,30%	59,30%	52,01%
Medicina	73,30%	86,60%	76,30%	84,71%
Odontologia	84,90%	87,90%	91,20%	89,97%
Fonoaudiologia	63,90%	70,60%	70,70%	76,34%
Arquitetura	69,10%	57,60%	74,20%	63,54%
Ciência da Computação	53,10%	54,30%	57,40%	58,41%
Eng. Civil	68,70%	53,60%	76,70%	54,24%
Eng. Elétrica/Eletrônica	63,30%	51,90%	69,20%	54,25%
Eng. Mecânica	56,70%	42,20%	66,00%	49,46%
Eng. Química/Química Industrial	50,10%	40,00%	60,40%	43,64%
Estatística	41,10%	25,70%	37,80%	26,85%
Física	44,90%	36,20%	44,20%	36,36%
Geologia	67,10%	51,60%	72,70%	47,87%
Matemática	42,70%	29,60%	37,20%	25,94%
Química	45,70%	34,10%	52,80%	34,88%
Agronomia	48,60%	44,90%	54,90%	42,71%
Medicina Veterinária	67,70%	59,10%	72,90%	61,28%
Agrimensura	21,30%	13,70%	18,20%	10,94%
Administração	33,90%	27,10%	26,70%	20,50%
Biblioteconomia	63,90%	56,50%	65,50%	50,21%
Contábeis	37,40%	29,60%	36,00%	25,72%
Economia	23,80%	16,00%	26,00%	12,77%
Sociologia/Antropologia	6,40%	15,70%	4,90%	3,13%
Comunicação Social	24,80%	25,30%	25,80%	28,68%
Direito	42,50%	42,80%	44,70%	44,88%
Filosofia	4,20%	4,30%	2,50%	3,37%
Geografia	47,40%	33,70%	40,20%	27,57%
História	43,80%	33,10%	40,10%	28,45%
Pedagogia	18,00%	12,20%	13,40%	8,21%
Psicologia	48,00%	27,70%	49,50%	30,81%
Serviço Social	63,30%	59,30%	57,80%	57,23%
Teologia	70,70%	54,90%	63,50%	47,51%
Arqueologia/Museologia	10,60%	20,60%	12,10%	14,29%
Letras	37,10%	28,50%	31,70%	23,94%
Artes	8,90%	7,60%	6,20%	7,43%
Total	44,24%	38,00%	45,29%	37,34%

TABELA A3: Diferenciais Controlados de Rendimentos – Desvios em Relação à Média

FORMAÇÕES	População Total		População com menos de 30 anos	
	1980	1991	1980	1991
MEDICINA	34,36%	93,64%	17,67%	67,49%
ODONTOLOGIA	14,34%	51,73%	33,83%	66,78%
ENG. MECÂNICA	63,81%	43,14%	55,74%	51,00%
ENG. QUÍMICA	48,62%	38,30%	42,04%	38,70%
ENG. CIVIL	49,28%	36,45%	38,72%	29,68%
ENG. ELÉTRICA/ELETRÔNICA	59,52%	34,97%	53,16%	37,16%
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	20,21%	28,65%	24,80%	40,83%
ARQUITETURA/URBANISMO	22,84%	24,89%	14,64%	17,74%
GEOLOGIA	47,81%	23,21%	50,61%	47,84%
ECONOMIA	18,53%	16,82%	9,87%	10,29%
DIREITO	1,95%	15,26%	-3,43%	19,98%
ESTATÍSTICA	17,52%	11,16%	13,86%	18,94%
FONOAUDIOLOGIA	-6,98%	8,25%	2,20%	11,34%
ADMINISTRAÇÃO	4,37%	4,97%	0,49%	2,43%
PSICOLOGIA	-0,17%	3,91%	-3,22%	-1,62%
FÍSICA	10,76%	3,38%	8,72%	-6,90%
FARMÁCIA	-2,35%	2,50%	7,53%	4,74%
MEDICINA VETERINÁRIA	-1,70%	2,45%	1,61%	8,93%
ENFERMAGEM	-10,91%	1,69%	4,46%	9,55%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	-9,20%	-0,76%	-7,72%	2,71%
AGRONOMIA	15,24%	-1,80%	18,81%	-2,08%
QUÍMICA	11,94%	-2,42%	9,10%	-5,07%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	-10,32%	-10,04%	-12,37%	-9,65%
MATEMÁTICA	-9,63%	-14,98%	-3,99%	-11,33%
SERVIÇO SOCIAL	-12,86%	-15,20%	-11,88%	-14,57%
BIBLIOTECONOMIA	-6,05%	-15,32%	-2,11%	-20,24%
ARTES	-23,79%	-18,34%	-18,37%	-12,22%
AGRIMENSURA	-21,50%	-18,47%	-17,99%	-13,88%
ARQUEÓLOGO	-16,36%	-18,92%	-16,06%	-18,90%
BIOLOGIA	-15,22%	-21,23%	-13,45%	-20,85%
ED. FÍSICA	-23,93%	-22,28%	-19,64%	-19,98%
LETRAS	-23,59%	-26,00%	-20,08%	-22,37%
PEDAGOGIA	-26,85%	-30,47%	-24,06%	-27,49%
SOCIOLOGIA/ANTROPOLOGIA	-29,15%	-31,84%	-29,21%	-34,37%
HISTORIA	-24,98%	-33,33%	-24,67%	-29,64%
FILOSOFIA	-27,80%	-33,54%	-28,02%	-34,45%
GEOGRAFIA	-21,38%	-34,67%	-20,11%	-32,40%
TEOLOGIA	-64,02%	-62,44%	-48,35%	-48,76%

TABELA A4: Rendimento Médio Anual por Formação (%)

FORMAÇÕES	População Total		População com menos de 30 anos	
	1980	1991	1980	1991
ODONTOLOGIA	23,90%	33,22%	28,70%	36,22%
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	28,09%	31,00%	29,36%	34,07%
ENG. MECÂNICA	30,42%	28,69%	29,02%	30,20%
ENG. QUÍMICA	28,84%	28,36%	27,56%	28,44%
MEDICINA	19,54%	27,61%	16,87%	24,56%
ENG. ELÉTRICA/ELETRÔNICA	29,57%	26,78%	28,45%	27,22%
ENG. CIVIL	27,01%	26,65%	25,09%	25,29%
ECONOMIA	25,04%	25,37%	22,76%	23,68%
GEOLOGIA	30,28%	25,31%	30,85%	30,51%
ESTATÍSTICA	24,98%	24,44%	24,02%	26,48%
FONOAUDIOLOGIA	19,60%	24,41%	22,60%	25,28%
ARQUITETURA/URBANISMO	22,51%	24,23%	20,73%	22,69%
ADMINISTRAÇÃO	22,14%	23,27%	20,98%	22,53%
DIREITO	18,13%	22,63%	16,76%	23,70%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	18,50%	21,95%	18,99%	23,00%
FÍSICA	22,70%	21,73%	22,15%	18,77%
ENFERMAGEM	16,68%	21,64%	21,26%	23,83%
FARMÁCIA	18,95%	21,17%	21,71%	21,78%
QUÍMICA	22,85%	20,14%	22,10%	19,37%
MEDICINA VETERINÁRIA	18,44%	20,12%	19,35%	21,76%
PSICOLOGIA	17,47%	19,80%	16,69%	18,40%
AGRONOMIA	23,13%	19,35%	24,01%	19,27%
CONTÁBEIS	17,04%	18,33%	16,38%	18,45%
BIBLIOTECONOMIA	21,63%	18,22%	23,06%	16,37%
SERVIÇO SOCIAL	16,36%	16,83%	16,68%	17,04%
MATEMÁTICA	17,33%	16,75%	19,08%	17,94%
ARTES	13,77%	16,66%	15,89%	18,84%
ED. FÍSICA	15,02%	16,18%	16,88%	17,11%
AGRIMENSURA	14,44%	15,69%	15,77%	17,24%
ARQUEÓLOGO	14,83%	15,37%	14,93%	15,38%
BIOLOGIA	15,38%	14,44%	15,96%	14,57%
LETRAS	13,58%	13,77%	14,93%	15,18%
PEDAGOGIA	12,45%	12,11%	13,58%	13,34%
SOCIOLOGIA/ANTROPOLOGIA	11,94%	11,89%	11,91%	10,76%
HISTORIA	12,10%	10,14%	12,21%	11,59%
FILOSOFIA	10,99%	9,96%	10,91%	9,60%
GEOGRAFIA	13,30%	9,55%	13,75%	10,46%
TEOLOGIA	-6,23%	-4,13%	2,23%	3,22%

* Utilizou-se os dados da tabela A3 (diferenciais de rendimentos de cada formação em relação à média dos que cursaram superior) e os dados apresentados na fig. 2 referente a 1982 e 1993 (diferencial de rendimentos dos que cursaram ensino superior àqueles que cursaram o ensino médio), respectivamente, de 112, 34% e 123%. Uma relação entre estes dois dados nos dá, aproximadamente, para 1980 e 1991, o diferencial de rendimentos de cada formação em relação ao ensino médio. Considerando-se o tempo médio de formação com base nos Censo de 1980 e 1991, calculou-se então a taxa de retorno anual por formação.

TABELA A5

FORMAÇÕES	Profissões Típicas relacionadas a formação (códigos - Censos Demográficos 80 e 91)
Biologia	142 - 211 a 213
Educação Física	834 - 211 a 219
Enfermagem	153 - 211 - 212
Farmácia	143 - 122 - 211 - 212
Medicina	151 - 211 - 212
Odontologia	152 - 211 - 212
Fonoaudiologia	154 - 163 - 211 - 212
Arquitetura	102 - 211 - 212
Ciência da Computação	173 - 211 - 212 - 193 (censo 80) - 194 (censo 91)
Eng. Civil	101 - 211 - 212
Eng. Elétrica/Eletrônica	101 - 211 - 212
Eng. Mecânica	101 - 211 - 212
Eng. Química/Química Industrial	101 - 121 - 211 - 212
Estatística	172 - 211 - 212
Física	123 - 211 a 213
Geologia	124 - 211 - 212
Matemática	171 - 211 a 214
Química	121 - 211 a 213
Agronomia	141 - 211 - 212
Medicina Veterinária	144 - 211 - 212
Agrimensura	103 - 211 - 212
Administração	183 - 21 - 30 a 39 - 211 - 212
Biblioteconomia	291 - 211 - 212
Contábeis	182 - 211 - 212
Economia	181 - 211 - 212
Sociologia/Antropologia	201 - 211 - 212
Comunicação Social	261 - 278 - 279 - 211 - 212
Direito	231 - 232 - 233 - 211 - 212
Filosofia	211 - 212
Geografia	203 - 211 a 214
História	211 a 214
Pedagogia	221 - 211 - 212
Psicologia	202 - 211 - 212
Serviço Social	204 - 211 - 212
Teologia	251 - 252 - 211 - 212
Arqueologia/Museologia	292 - 211 - 212
Letras	211 a 214
Artes	271 - 275 - 276 - 277 - 279 - 211 - 212